



Universidades Lusíada

Fernandes, Ana Isabel Lapa
Malainho, Adelaide Fernandes Pires
Bento, Miguel da Conceição
Godinho, Paula Cristina Rosado

Desenvolvimento local, risco social e a formação em serviço social

<http://hdl.handle.net/11067/6560>

<https://doi.org/10.34628/42mh-da44>

Metadados

Data de Publicação

2021

Resumo

O desenvolvimento da capacidade crítica de análise e de avaliação, são fundamentais na construção das competências para fazer face à complexidade da profissão de assistente social, num presente onde sabemos ser impossível controlar as consequências de algumas decisões civilizacionais, e onde o risco social desafia cada vez mais a estabilidade dos indivíduos e sociedades. É neste quadro sociopolítico de incertezas e profundos desafios, que aqui se apresenta a experiência do Mestrado em Serviço So...

The development of critical analysis and evaluation skills are essential in building the skills to face the complexity of the social worker profession, in a present where we know that it is impossible to control the consequences of some civilizational decisions, and where social risk challenges each time more the stability of individuals and societies. It is in this socio-political context of uncertainties and profound challenges, that the experience of the Master in Social Work-Social Risks and...

Tipo

article

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ULL-ISSSL] IS, n. 57-58 (2021)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-05-09T15:56:55Z com informação proveniente do Repositório

DESENVOLVIMENTO LOCAL, RISCO SOCIAL E A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

LOCAL DEVELOPMENT, SOCIAL RISK AND TRAINING IN SOCIAL WORK

Ana Isabel Lapa Fernandes

*Professora Adjunta - Membro integrado Centro de Estudos em Serviço Social
e Desenvolvimento Local
Coordenadora da Licenciatura em Serviço Social
ORCID ID: 0000-0002-2322-7940*

Adelaide Fernandes Pires Malainho

*Professora Adjunta - Membro integrado Centro de Estudos em Serviço Social
e Desenvolvimento Local
Coordenadora do Mestrado em Serviço Social- Riscos Sociais e Desenvolvimento Local
ORCID ID: 0000-0002-2215-5391*

Miguel da Conceição Bento

*Professor Adjunto - Coordenador do Centro de Estudos em Serviço Social
e Desenvolvimento Local
ORCID ID: 0000-0002-7308-1767*

Paula Cristina Rosado Godinho

*Professora Adjunta Convidada - Membro integrado Centro de Estudos em Serviço
Social e Desenvolvimento Local
Membro colaborador do Católica Research Centre for Psychological - Family and Social
Wellbeing
ORCID ID: 0000-0003-0328-3168*

DOI: <https://doi.org/10.34628/42mh-da44>

Data de submissão / Submission date: 30.04.2021

Data de aprovação / Acceptance date: 29.09.2021

Resumo: O desenvolvimento da capacidade crítica de análise e de avaliação, são fundamentais na construção das competências para fazer face à complexidade da profissão de assistente social, num presente onde sabemos ser impossível controlar as consequências de algumas decisões civilizacionais, e onde o risco social desafia cada vez mais a estabilidade dos indivíduos e sociedades. É neste quadro sociopolítico de incertezas e profundos desafios, que aqui se apresenta a experiência do Mestrado em Serviço Social – Riscos Sociais e Desenvolvimento Local do Instituto Politécnico de Beja, enquanto ciclo de estudos que procura que os seus habilitados consolidem um perfil profissional e científico, por via de competências de investigação e intervenção social inovadoras, em contexto organizacional e dos territórios locais, numa perspetiva de desenvolvimento local.

Palavras-Chave: Desenvolvimento local; Risco social; Serviço social.

Abstract: The development of critical analysis and evaluation skills are essential in building the skills to face the complexity of the social worker profession, in a present where we know that it is impossible to control the consequences of some civilizational decisions, and where social risk challenges each time more the stability of individuals and societies. It is in this socio-political context of uncertainties and profound challenges, that the experience of the Master in Social Work-Social Risks and Local Development of the Polytechnic Institute of Beja is presented here, as a cycle of studies that seeks to enable its professionals to consolidate a professional and scientific profile, through innovative research and social intervention skills, in an organizational context and in local territories, in a perspective of local development.

Keywords: Local development; Social risk; Social work.

Nota introdutória

A partir de uma experiência formativa concreta, propomo-nos refletir algumas questões inerentes à formação dos assistentes sociais, numa perspetiva de reforço das competências analíticas e interventivas, indispensáveis à afirmação de um perfil profissional de base reconhecidamente científica, virado para o desenvolvimento dos espaços interventivos enquanto processo facilitador da coesão e da sustentabilidade social, promovendo a inovação de serviços e respostas sociais, e ainda a implementação de estratégias de empoderamento facilitadoras de um maior envolvimento das comunidades locais.

1. O Mestrado em Serviço Social – Riscos Sociais e Desenvolvimento Local (IPBeja) – Onde e porquê?

Decorria o ano de 1990, quando por iniciativa do ISSSL – Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, se iniciou em Beja a formação em Serviço Social¹, num processo que perdurou até 2008. Entretanto e no ano letivo 2005/2006, o IPBeja – Instituto Politécnico de Beja, abre o curso de licenciatura em Serviço Social, com uma duração de 4 anos que, por força do Processo de Bolonha passou a ter uma duração de 3 anos, (6 semestres), no ano letivo de 2007/2008.

O Serviço Social na cidade de Beja apresenta assim um percurso ininterrupto de mais de três décadas, com a particularidade do IPBeja ser hoje a única Instituição de Ensino Superior que a sul do país ministra esta formação, com particular impacto não só no Alentejo, mas também no Algarve.

A deslocação para sul do ISSSL no início da década de noventa do século passado, foi na altura justificada por uma sentida necessidade de qualificação das organizações, públicas e privadas, nomeadamente, “das insuficiências mais acentuadas nesta área de formação na zona sul do país”, o que em certa medida terá justificado “a

¹ Portaria n.º 829/9, Diário da República n.º 186/1991, Série I-B de 14 de agosto de 1991

recetividade e adesão manifestada desde o início pelas estruturas locais e população, relativamente ao projeto e ao tipo de formação” (Negreiros, 1991, p.169).

A existência desse contínuo formativo permitiu a qualificação de milhares de profissionais, conduzindo a um reforço da capacidade interventiva de centenas de organizações, potenciando uma maior capacidade de resposta às adversidades dos próprios territórios de implantação dessas mesmas entidades.

De facto, os assistentes sociais entretanto formados nas duas escolas referidas, têm sido decisivos em processos de enfrentamento de problemáticas comuns a outras regiões do país, como a endémica pobreza ou uma diversidade de situações-problema associadas ao envelhecimento, mas também a algumas particularidades do sul, nomeadamente do Alentejo, onde questões como as baixas qualificações escolares e profissionais das populações, (sobretudo nos concelhos da raia); o desemprego (com particular expressão no feminino); a existência de minorias como as comunidades ciganas, ou ainda e nos últimos tempos, as associadas a grupos de operários agrícolas oriundos do leste europeu, da ásia e da africa subsaariana, têm-se constituído como objeto de práticas profissionais no âmbito de instituições clássicas como as IPSS e as autarquias locais, mas também de organismos da administração desconcentrada do Estado.

Acresce dizer, que muitas das vezes, têm sido esses assistentes sociais a estar na linha de frente de abordagens inovadoras do ponto de vista da tipologia das respostas encontradas a algumas problemáticas e necessidades sociais, assim como dos respetivos suportes organizativos, com a constituição de uma nova geração de Instituições Particulares de Solidariedade Social ou de outras tipologias de entidades, como Associações de Desenvolvimento Local, e/ou criação de projetos que casam o social, com a agropecuária, o turismo, ou outros domínios da atividade económica.

Estas experiências, constituem-se hoje como processos de desenvolvimento local, entendendo o conceito enquanto processo de favorecimento múltiplo das populações, onde o social é muitas das vezes o motor que impulsiona a microeconomia de territórios his-

toricamente deprimidos. É comum, em muitas freguesias e mesmo nalguns concelhos do interior algarvio e alentejano, encontrar IPS-S(s) que são a principal entidade empregadora daqueles espaços, e em torno das quais, vão nascendo e consolidando outras dinâmicas que dão presença humana e esperança a comunidades inteiras.

É neste contexto que surge no IPBeja, o Mestrado em Serviço Social – Riscos Sociais e Desenvolvimento Local, o primeiro do subsistema Politécnico do país. Desde logo, com o propósito de proporcionar aos (às) mestrandos (as) que, entretanto, se licenciaram, a possibilidade de dar continuidade à sua formação inicial. Mas também a de desenvolver um processo que leve ao questionamento, e aprofundamento, teórico e operativo, que embora nem sempre de uma forma consciente, têm permitido “ao Serviço Social reencontrar-se com práticas, que de algum modo terão perdido o fulgor de outros tempos, e que se concretizavam no seio de intervenções de natureza comunitária” (Bento e Fernandes, 2020, p.44).

2. O papel do Serviço Social na gestão do risco dos territórios e suas populações

Presente nas diversas áreas do conhecimento como sejam a economia, a sociologia e a saúde, o termo risco e a sua definição assumiu diversos sentidos ao longo dos tempos, mantendo-se a proximidade e associação ao conceito de vulnerabilidade e incerteza.

O conceito de risco passa assim a abarcar não só o potencial de ameaça que um evento externo pode causar, mas também a vulnerabilidade que caracteriza a potencialidade de perda face a esse evento externo. Assim sendo, o risco passa a ser definido como uma equação que se traduz na análise da relação entre a ameaça e a vulnerabilidade.

A consagração do risco enquanto categoria de análise da vida social, definindo um novo tipo de modernidade, advém da proposta de Ulrich Beck (1986). Para o autor, a sociedade industrial deu lugar à sociedade de risco na qual todos, sem exceção, estamos sujeitos à incerteza.

A perceção do risco é condicionada por mecanismos de visibilidade e invisibilidade determinados pelos interesses hegemónicos e pelos poderes políticos e económicos, influenciando a decisão e comportamento dos indivíduos e das sociedades, bem como os processos de decisão relacionados com a gestão desse mesmo risco.

Quando o reconhecimento da existência do risco expõe as desigualdades sociais e se considera que esta exposição pode produzir danos à imagem das instituições, condicionando os níveis de confiança dos indivíduos e das populações, nessas mesmas instituições, verifica-se uma tendência para não falar ou diminuir a importância do risco, sob a justificativa de que a probabilidade de ocorrer é mínima.

É por isso claro, que o processo de gestão do risco, enquanto fator de resiliência das sociedades, interfere com valores sociais e culturais, estando na base da fixação do que se entende por risco socialmente aceitável ou tolerável, e avaliando as probabilidades de ocorrência e potenciais consequências das ocorrências (Mendes, 2015).

As possibilidades de contribuição do Serviço Social na gestão dos riscos e das suas consequências, vai muito além do trabalho de carácter meramente emergencial, imperioso, há que reconhecer, nos momentos em que as ocorrências se materializam nas vidas das pessoas de forma avassaladora.

O assistente social é chamado a atuar na prevenção e minimização dos riscos, na preparação, planeamento, organização e acompanhamento de situações emergenciais, mas a participação dos assistentes sociais pode e deve transcender a mera execução das políticas públicas e participar de forma efetiva na definição dessas mesmas políticas, reforçando e garantindo por essa via, o acesso a direitos e o respeito pela decisão dos potenciais beneficiários.

O Serviço Social, quer por meio da formação dos seus profissionais, ampliando/reforçando nos seus planos de estudo a temática da vulnerabilidade e gestão do risco, quer pela atuação dos mesmos, pode reforçar os seus níveis de participação na gestão dos riscos sociais de forma propositiva, crítica e sustentada nos eixos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo.

A importância de reforçar o debate sobre a prevenção e gestão dos riscos a que nenhum Estado se deve excluir, reconhece a importância do conhecimento e da descrição e análise do que poderá ser o futuro das sociedades contemporâneas (Mendes, 2015). Reconhecer a importância de ampliar e aprofundar este debate assume-se como imperativo para reflexões mais amplas sobre necessidades, direitos e universalização de políticas, superando as políticas sociais que se limitam a prestar auxílio aos mais necessitados, perpetuando uma proteção seletiva que continua associada à proteção de situações de privação e aflição (Castel, 2005) e não no exercício do direito à participação, ignorando o potencial de desenvolvimento humano dos indivíduos.

3. Serviço Social e desenvolvimento local: as convergências necessárias e possíveis

Partindo da noção de risco social na sua relação com espaços delimitados, importará agora refletir o modo, ou modos, como o Serviço Social poderá contribuir para a superação do risco, tendo em vista a construção de territórios mais coesos, numa perspetiva de desenvolvimento local.

A primeira questão a considerar, e que se nos afigura como facilitadora dessa relação (Serviço Social vs Desenvolvimento Local), terá a ver com o facto das novas orientações das políticas públicas, e em particular das políticas sociais, assentarem, em grande medida, numa heterogeneidade de dispositivos, que embora nem sempre sejam concebidos com a participação do local, visam uma aplicação focalizada em espaços delimitados dos territórios. De facto, e se atentarmos na realidade portuguesa e desviando-nos das políticas de iniciativa municipal, que, obviamente, procuram responder a particularidades dessas circunscrições, as medidas disponibilizadas pelo Estado central, mas de aplicação localizada, como as várias gerações dos CLDS (Contratos Locais de Desenvolvimento Social), por exemplo, ou mesmo as medidas emanadas da União Europeia, como o Programa Leader, (iniciativa destinada ao desenvolvimento

dos territórios rurais), acontecem nesse registo segmentado e direcionado para territórios, problemáticas e destinatários.

Com este primeiro aspeto, não pretendemos secundarizar e muito menos não considerar, a importância decisiva que os Estados centrais devem colocar na disponibilização de mecanismos provisionais, de uma forma transversal, em particular nos domínios da educação, saúde, habitação ou na regulação do mundo do trabalho. Apenas se pretende acentuar que a focalização territorializada de dispositivos de proteção social, veio abrir novas possibilidades à afirmação do Serviço Social enquanto elemento facilitador dos processos de desenvolvimento.

De facto, mesmo considerando a ideia de “projeto” que hoje é a marca dominante da designada nova geração de políticas sociais, e às quais fazemos referência no primeiro ponto do presente artigo, em muitas dessas experiências, tem sido possível fugir ao primado do imediatismo de resultados, e aplicar os recursos dessas medidas de política social em “aspetos como a consolidação e dinamização das sinergias locais, em particular das produtivas, e onde a criação de emprego assume lugar de destaque”, o que permitiu não só afirmar uma lógica de desenvolvimento local, mas também, o reencontro, objetivo e concreto, do Serviço Social com a “vertente económica dos problemas e das necessidades sociais” (Bento e Fernandes, 2020, pp. 42).

Uma segunda questão, terá a ver com a possibilidade destas abordagens interventivas localizadas, resvalarem para o que se pode classificar para um certo afunilamento diagnóstico, uma vez que como assinala Abreu, (2016, p.35), nem sempre os territórios “são compreendidos a partir das determinações sociais em curso”, em que o enfoque da abordagem territorial poderá levar os assistentes sociais a afastar-se do indispensável exercício reflexivo centrado na “relação entre particularidade e totalidade”, (Abreu, 2016, p. 39).

De qualquer modo, sem deixar de ter em conta estas contingências potenciadoras de intervenções de natureza mais casuística e menos emancipadora, consideramos que a presente geração de políticas sociais, em particular a sua dimensão territorializada, veio

abrir ao Serviço Social novas possibilidades de reafirmar a metodologia comunitária, numa “abordagem que enfatiza a necessidade de estudo e análise das necessidades e interesses detetados pela cidadania e que combina racionalidade científica e popular”, (Pastor, 2015, p.3)

No caso do Mestrado em Serviço Social – Riscos Sociais e Desenvolvimento Local, (IPBeja), e tendo em conta, também, os territórios de onde são oriundos os potenciais alunos, o mesmo pode vir a constituir-se como um importante instrumento regional de desenvolvimento, aprofundando conhecimento e oferecendo respostas inovadoras para as fissuras socioeconómicas que as políticas nacionais e supranacionais, em particular da EU, deixam em aberto nos territórios locais, sendo que dos três eixos² que Estivill (2008) aponta como estruturantes dessa nova forma de agir sobre o local, são, o segundo e terceiro, aqueles que se apresentam com maior possibilidade de ser objeto de análise e de propostas interventivas.

Num outro modo de encarar o papel deste Mestrado no contexto dos diferentes territórios do sul do país, poder-se-ia dizer que é a partir das fragilidades do tecido social e económico, de situações de risco social mais ou menos evidentes, que agora se podem ancorar novas forças e novos desafios, já que como profissionais da mudança, os assistentes não podem deixar de encontrar ânimo, em comunidades onde por vezes já quase só reina o desalento. Como diria o filósofo, “não estamos no mundo para olhá-lo ou para suportá-lo; nosso destino não é o da servidão, há uma ação que pode apoiar-se sobre o que existe para fazer existir o que queremos ser”, (Castoriadis, 1991, p.71).

De qualquer modo, há que levar em linha de conta, que este Mestrado se iniciou em tempos de acelerada mudança, que justificam lógicas de formação do profissional de Serviço Social em áreas específicas ligadas ao domínio das configurações próprias dos processos de desenvolvimento local, a era de riscos sociais. A especialização exigida pela modernização do sistema social, e pelo seu ritmo

² Primeiro eixo - “Regeneração das cidades, reabilitação de bairros suburbanos e dos centros históricos”; Segundo eixo - “luta contra a pobreza e exclusão social dos habitantes, grupos e espaços”; Terceiro eixo - “criação de emprego local”.

vertiginoso de mudança e inovação, disruptivos, torna-se uma exigência constante com profundas implicações nas necessidades de uma formação ao longo da vida, consistente e adaptada aos novos tempos e cenários evolutivos.

4. O Mestrado em Serviço Social – Riscos Sociais e Desenvolvimento Local: contributos para a investigação e intervenção nos paradigmas societais atuais.

As exigências dos paradigmas societais atuais e emergentes fundamentam as questões que configuram e exigem reflexão acerca da missão, das competências e dos desafios que se colocam à formação de segundo ciclo na área do Serviço Social. Tempos que configuram o mundo e perante o qual uma nova visão e desafios irão, certamente, renovar todos os processos educativos e formativos no século XXI.

Esta lógica de formação, contínua, presente em qualquer profissional na contemporaneidade será, sem dúvida, um dos desafios sempre presentes na sua atividade profissional dos assistentes sociais. Neste contexto, o sistema de educação – formação deverá, inevitavelmente, ser configurado de forma a ser possível responder às necessidades coletivas e individuais. Os ritmos serão em função da velocidade tecnológica e da mudança que ela impõe, numa lógica de *just in time learning* e *continuous education*. (Melly, 1997, p.66)

Por outro lado, a emergência da sociedade digital aliada aos riscos sociais locais e globais e os seus *inputs* na educação/formação impõem, logicamente, necessidades de uma formação estruturada, no pressuposto de que a formação profissional inicial e contínua, deverá promover o perfil de competências que permita tomar decisões alternativas, acerca da complexidade de situações características desta sociedade, eminentemente disruptiva.

É uma nova visão do mundo e da ordem das coisas que parece caracterizar a transição de séculos, com evidência em sinais, como o são a globalização dos mercados, a diversidade e evolução dos valores e as mutações políticas e sociais que deverão ser entendidas

no quadro das alterações económicas, (Schwab e Davis, 2019). Num mundo em mudança, entende-se o papel que esta tendência do futuro deverá ter nos processos de formação inicial e contínua.

Por outro lado, e na opinião de Arenas (2019) em referência ao ManpowerGroup, líder mundial em estratégia de talento, qualquer profissional nas áreas deve considerar como fundamental possuir formação consistente ao nível das *soft skills* e do que designa por Hybrid Talent Ecosystem, isto é, a capacidade de saber planificar e gerir projectos de investigação-ação-intervenção, suportados em lógicas de trabalho cooperativo.

Tendências para o futuro no emprego, que devem ser assumidas e suportadas por uma lógica de consciência reflexiva do assistente social, fundamental quando pensamos na educação/formação do futuro e para o futuro. Tempos de mudança, que criam a necessidade de um novo *know how*, que permitam aos assistentes sociais fazer face às transformações sociais globais.

A este propósito, salienta-se a visão de uma “nova escola e a nova educação”, emergentes e com valências próprias de uma sociedade diferente, pois

La sociedade en la que están inmersos los jóvenes de hoy se caracteriza por la sobreabundancia de información, la inmediatez, la comunicación instantánea y constante, las ansias de creatividad y autonomía, y los grandes deseos de innovación y vanguardismo. Lógicamente la nueva educación-de acuerdo com esta realidade-va en línea de satisfazer esos anhelos. (Espot e Nubiola, 2019, p.111.)

Deste modo, a formação ao longo da vida, assume uma dimensão prioritária no quadro dos processos de inovação e de mudança, justificáveis em função das limitações, geralmente identificadas na formação inicial, que podem condicionar a resposta aos problemas que surgem na prática quotidiana dos contextos nos quais os assistentes sociais desenvolvem as suas práticas profissionais, e as necessidades constantes de atualização em função da evolução do conhecimento, resultantes de um mundo em transformação.

Perante este prisma, o conceito “competência” deve assumir o significado proposto por Sevillano García (2009, p.7), referindo que o mesmo supõe “valores, actitudes y motivaciones, además de co-

nocimientos, habilidades y destrezas, todo formando parte del ser integral que es la persona, una persona inserta en un determinado contexto, en el que participa e interactua, considerando también que aprende de manera constante y progresiva a lo largo de toda su vida”.

Estas questões devem ser equacionadas por qualquer profissional, implicando da sua parte a aquisição e desenvolvimento de competências, no sentido de um melhor desempenho. Assume-se assim, que a formação ao longo da vida é hoje fundamental em qualquer profissão. E reconhece-se que a suposta eficácia e eficiência dos sistemas de educação e formação dependem, em grande parte, do profissional, exigindo-se do mesmo a capacidade não só de refletir acerca dos problemas existentes, mas também de os investigar e resolver, contribuindo para a transformação das instituições sociais, económicas e políticas, nesta nova era.

Considerações Finais

As exigências dos tempos que vivemos, caracterizados por um ritmo vertiginoso de mudanças e profundas incertezas, configuram e exigem uma nova visão dos processos educativos e formativos do século XXI, exigindo-se aos assistentes sociais um aprofundamento da sua consciência reflexiva, reforçando e ampliando uma racionalidade mais propensa ao risco, que lhes permita responder e fazer face às transformações sociais globais.

O mundo surge hoje como um sistema complexo e não gerível, e os riscos emergiram como um fenómeno dominante. É neste contexto, que autores como Beck et. al (1992) e Giddens (2001) reconhecem que habitamos um mundo fora de controlo, numa sociedade onde nada é certo além da incerteza, descrevendo este tempo, como o tempo das incertezas fabricadas e onde as consequências e perigos globais não reconhecem fronteiras, exigindo-se aos assistentes sociais uma racionalidade mais propensa ao risco, sedimentada no conhecimento e na noção de responsabilidade individual e coletiva.

O Mestrado em Serviço Social – Riscos Sociais e Desenvolvimento Local do IPBeja, assume-se como um importante instrumento regional de desenvolvimento, não só pela possibilidade de dar continuidade à formação inicial dos assistentes sociais, mas pela possibilidade de ampliar e aprofundar debates e questionamentos teóricos e operativos que permitem ancorar novas forças, perante novos desafios, onde o risco social está presente, mas em que é também desse risco que é possível reinventar o Serviço Social dentro do primado da nova ciência e dos valores matriciais da profissão.

Referências Bibliográficas

- Arenas, G. (2019). Vivir 100 años. Madrid: *Jornal El País Retina*, 60-66.
- Abreu, M. H. E. (2016). Território, Política Social e Serviço Social. Campinas: Papel Social
- Beck, U. (1986). Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. S.Paulo: Editora 34.
- Beck, U. (1992). Risk Society. London: Sage.
- Bento, Miguel da C.; Fernandes, Ana I. L. (2020). Trinta anos de Serviço Social em Beja: Formação e desenvolvimento local. Bento; Fernandes (coords) – *Do Conhecimento à ação em serviço social. Contributos para uma intervenção social sustentada*. Porto: 5livros, p. 31-51.
- Castel, R. (2005). A insegurança Social: O que é ser protegido? Petrópolis: Vozes
- Castoriadis, C. (1991). A instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra
- Diário da República (1991). Portaria nº. 829/9, DR nº. 186/1991, Série I-B de 14 de agosto de 1991
- Espot, M^a e Nubiola, J. (2019). Alma de professor: La mejor profesion del mundo. Bilbao: Desclee.
- Estivill, J. (2008). Desenvolvimento local e proteção social na Europa. Genebra: OIT – Organização Internacional do Trabalho.
- Giddens, A. (2001). O mundo na era da Globalização. Lisboa: Editorial Presença.

- Melly, M.(1997). O papel da Internet na Infoera. *Integração*, ano III (8), 66-67
- Mendes, J. M. (2015). Sociologia do risco. Uma breve introdução e algumas lições. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Negreiros, Maria A. (1991). Delegação de Beja do ISSSL em Beja. *Revista Intervenção Social*. N.º. 5/6, p. 169 - 173. Lisboa: Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa.
- Pastor, E. S. (2015). Social Work and Local Community Development in the 21st century. Madrid: Ciencia, Pensamiento y Cultura, Vol. 191.771, enero -febrero, disponível em https://www.researchgate.net/publication/279285907_Social_Work_and_local_community_development_in_the_21st_century
- Schwab, K e Davis, N. (2019). *Moldando a Quarta Revolução Industrial*. Levoir, Marketing e Conteúdos Multimédia S.A., em parceria com o Jornal Público - Comunicação Social S.A.
- Sevillano García, M. (dir.) (2009). Competencias para el uso de herramientas virtuales en la vida, trabajo y formación permanentes. Pearson Educación.